



Câmara Municipal de Santa Teresa
Estado do Espírito Santo

APROVADO
Em 22 / 11 / 11

REQUERIMENTO Nº 037/2011

Gervásio Paulo Madalon
PRESIDENTE

REQUEREMOS à Mesa, ouvido o Plenário na forma regimental, que dê conhecimento deste ao **CHEFE DO EXECUTIVO TERESENSE** e ao **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA**, a fim de que os mesmos respondam por escrito às seguintes perguntas:

- 1- Existem servidores do Executivo e do Legislativo que possuem bolsas de estudos custeadas pela municipalidade (graduação ou pós-graduação), em especial com a ESFA?
- 2- Existem “pessoas” além de servidores do Executivo e do Legislativo que possuem bolsas de estudos custeadas pela municipalidade (graduação ou pós-graduação), em especial com a ESFA?
- 3- Se positivo, que encaminhe a este Vereador relação completa de todos os beneficiados, discriminando da seguinte forma:
 - O nome do servidor ou da “pessoa” e o respectivo curso;
 - A porcentagem de desconto concedida pela prefeitura para cada beneficiado e,
 - O nome da instituição que os mesmos fazem os cursos.
- 4- Por fim, requeiro tanto ao Chefe do Executivo Municipal, quanto ao Presidente desta Casa Legislativa, que encaminhe para este Vereador cópia de todos os convênios dos servidores municipais e dos “beneficiados” que possuem bolsas de estudos, firmados entre a municipalidade e as instituições de ensino superior, em Especial da ESFA, do corrente ano.

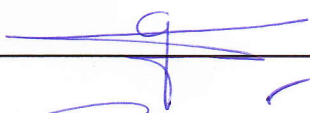
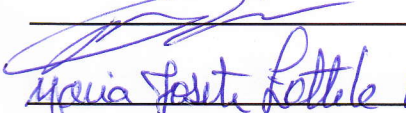
Sala Augusto Ruschi, em 21 de novembro de 2011.

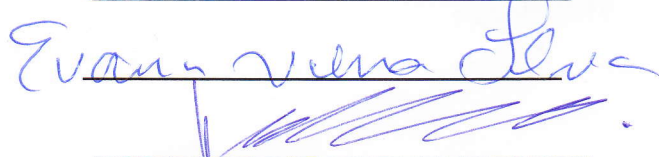
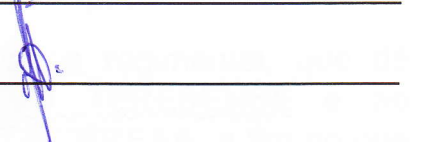

Brazelino R de Souza Junior – DEM



Câmara Municipal de Santa Teresa

Estado do Espírito Santo




Maria José Lottele Furi


Valdemar F. Costa

Evandro Viana Silva


JUSTIFICATIVA

Inicialmente, queremos externar que **não somos contra a concessão de bolsa de estudos a servidores públicos municipais, ou as pessoas, “amparadas por lei”, que tem direito.** Somos sim a favor, desde que sejam concedidas de forma legal e impessoal.

A Administração Pública tem o dever de zelar pelos princípios da moralidade, impessoalidade, isonomia, transparência, publicidade e legalidade.

Nesse sentido, este Vereador, dotado do Poder Fiscalizador conferido pela Constituição Federal, vem através deste solicitar as informações acima requeridas a fim de explicar à população teresense como está sendo gasto o dinheiro arrecadado dos contribuintes.

Ressaltamos que, através de **fontes seguras, “supostas irregularidades”** chegaram ao conhecimento deste Vereador, e que, os citados cidadãos solicitaram que este parlamentar averiguasse tal situação e desse satisfação aos mesmos.

Por fim, acreditamos que a transparência reina na atual administração e esse requerimento será atendido sem maiores problemas.